



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



Boletim Informativo **CAO.EDUCAÇÃO**

02.2024





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	6
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	10
OUTRAS NOTÍCIAS.....	11
NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	15

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT



[Mato Grosso poderá retomar mais de 60 obras da educação básica](#)

Mato Grosso tem a oportunidade de retomar 66 obras paralisadas e inacabadas em 35 municípios do estado, por meio do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante do governo federal. O Ministério da Educação (MEC) investirá R\$ 71,8 milhões na conclusão das obras, que podem criar mais de 12,8 mil novas vagas na rede pública estadual e municipal mato-grossense.



[PEI encerra ciclo com 71% da meta cumprida na área da educação](#)



O fomento de políticas públicas educacionais e de atenção básica à saúde foi uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso no ciclo 2020-2023 do Planejamento Estratégico. A instituição encerra o ciclo na área da cidadania com o cumprimento de 71% da meta da educação e com atuação de 30 promotorias de Justiça voltada à ampliação do acesso à creche para crianças de zero a três anos.

[PREVENÇÃO COMEÇA NA ESCOLA:](#)

[Cronograma de apresentações de peça teatral contempla 22 municípios](#)

O projeto Prevenção Começa na Escola, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, retomará as apresentações em unidades de ensino do estado da peça “Inocentes Pétalas Roubadas” a partir de fevereiro. Serão seis etapas de apresentações, que vão acontecer em 22 municípios. A iniciativa é coordenada pelo titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente, Procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado.



[Escola Institucional do MPMT firma parceria com Escola da Magistratura](#)



Com intuito de compartilhar atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento funcional a membros e servidores, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) – Escola Institucional do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) firmou termo de cooperação técnica com a Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso Desembargador João Antônio Neto (Esmagis-MT). A parceria prevê que as duas instituições desenvolvam conjuntamente atividades pedagógicas com cursos de formação, capacitação, atualização e aperfeiçoamento.

[Seduc-MT capacita 1,2 mil coordenadores pedagógicos para o início das aulas](#)

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) capacitou 1.242 coordenadores pedagógicos que assumirão as respectivas funções no ano letivo de 2024, que inicia no dia 5 de fevereiro. A formação ocorreu no final de semana no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá, com o objetivo de preparar esses profissionais para os desafios propostos pelas 30 políticas que compõem o Plano Educação 10 Anos.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[Coordenadora do Caodec/MPPI representa Ministério Público Brasileiro durante reunião de trabalho da Conferência Nacional de Educação](#)



A promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), Flávia Gomes Cordeiro, representou o Ministério Público Brasileiro, durante reunião de trabalho da Conferência Nacional de Educação (CONAE- 2024), ocorrida em Brasília, no auditório da Universidade de Brasília (UNB). Com o tema “Possibilidades de cooperação entre o Controle Externo e o Poder Executivo na área de Educação”, a reunião de trabalho foi convocada pelo Secretário de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), Maurício Holanda.

[MPCE lança programa de prevenção à violência nas escolas cearenses](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (Caoeduc), lançou, nesta quarta-feira (31/01), o Programa “Previne – Violência nas Escolas, não”. A iniciativa, que dá continuidade ao projeto de mesmo nome lançado em 2022, busca incentivar a criação de comissões de proteção e prevenção à violência contra a criança e adolescente em todas as escolas públicas e privadas do estado. O evento foi transmitido pelo canal do MPCE no Youtube.



[MPMA recomenda medidas para matrícula na rede municipal de Educação](#)



O Ministério Público do Maranhão, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís, encaminhou, nesta sexta-feira, 19, Recomendação à secretária municipal de Educação, Caroline Salgado, solicitando que matrícula, rematricula e transferência nas escolas sejam baseadas em dados sobre resultados e acesso à educação.

Ministério Público recomenda que Prefeitura de Nova Olinda apure denúncia de discriminação contra estudante com TEA e TDAH

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), através da Promotoria de Justiça de Nova Olinda, recomendou, na última terça-feira (30/01), que a Secretaria Municipal de Educação tome providências acerca de denúncias de maus-tratos a uma adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Conforme relatado ao Ministério Público, um professor do Ensino Fundamental da rede municipal de Ensino utilizou, no dia 18 de agosto de 2023, a condição da estudante para proferir ofensas e constrangê-la na unidade de ensino.



MPMA – Decisão determina realização de concurso para profissionais da educação



Atendendo pedidos do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu decisões liminares para que os Municípios de Porto Franco, São João do Paraíso e Campestre do Maranhão realizem concurso público, no prazo de seis meses, para profissionais da rede pública de ensino. A tutela de urgência foi motivada por Ações Cíveis Públicas assinadas pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco, Eduardo André de Aguiar Lopes.

Ministério Público ajuíza ação para regularizar transporte escolar do município de Cacimbas

O Ministério Público da Paraíba ajuizou uma ação civil pública com pedido de liminar para obrigar o Município de Cacimbas a fornecer e garantir, imediatamente, transporte escolar integral, gratuito, contínuo, adequado e seguro a todos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino para que tenham acesso às escolas públicas municipais localizadas nas zonas rural e urbana.



NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[MPF recomenda cotas para pessoas trans em edital para auditor fiscal](#)

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou a retificação do edital do concurso nacional unificado, publicado em 10 de janeiro, para garantir a reserva de 2% das vagas do cargo de auditor fiscal do trabalho para pessoas trans.



[MPF ajuíza ação contra o município de Joaquim Gomes por uso indevido do Fundeb](#)



O Ministério Público Federal ajuizou uma execução de Termo de Ajuste de Conduta contra o município de Joaquim Gomes (AL) e seu prefeito, Adriano Ferreira Barros, para que ambos sejam obrigados a cumprir o acordo que garante que os valores recebidos por meio de precatórios do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério sejam aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento da educação.

[MPF recomenda a 31 municípios que inscrevam as obras inacabadas de creches e escolas em programa federal](#)

De olho nos serviços paralisados e inacabados na educação básica, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou que 31 municípios de Pernambuco inscrevam obras de creches e escolas no Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica.



NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STF determina nova análise de RGA para técnicos da Educação em Várzea Grande](#)

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou novo julgamento do processo que negou a Revisão Geral Anual (RGA) a servidores técnicos municipais da Educação em Várzea Grande. Segundo o ministro, a decisão do Tribunal de Justiça foi omissa. O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep), subsele de Várzea Grande, recorreu contra decisão do acórdão do TJMT. O Sintep citou o artigo 103, parágrafo 2º, da Constituição Federal que prevê que quando há “omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção de providências necessárias”.



OUTRAS NOTÍCIAS

[MEC já repassou R\\$ 1,7 bi para matrículas em tempo integral](#)



O Ministério da Educação (MEC) repassou, até o final de 2023, quase R\$ 1,7 bilhão para que os estados, o Distrito Federal e os municípios criem mais de 1 milhão de novas vagas do Programa Escola em Tempo Integral nos anos de 2023 e 2024. Os repasses no biênio devem chegar a R\$ 4 bilhões com o cumprimento da geração de matrículas pelos entes federados. Até 2026, serão investidos R\$ 12 bilhões para possibilitar 3,2 milhões de novas vagas.

[Publicadas estimativas de receitas do Fundeb para 2024](#)

A edição extra do Diário Oficial da União (DOU) do dia 29 de dezembro de 2023 trouxe as estimativas da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o exercício de 2024. De acordo com a Portaria Interministerial 6/28/12/2023 do MEC/MF, a previsão da receita total do Fundo é de R\$ 287,4 bilhões - um aumento na ordem de 7,3% em relação à última estimativa de receita do Fundeb de 2023.



[Educação Infantil: conteúdo de 90% das turmas ignora temas raciais](#)



Um estudo realizado em turmas de creche e pré-escola de 12 municípios brasileiros indica que 89,8% delas ignoram o ensino de questões étnico-raciais. Todas as regiões do país foram incluídas no mapeamento, que considerou 3.467 turmas, sendo 1.683 creches e 1.784 pré-escola. Os dados estão na Avaliação da Qualidade da Educação Infantil: Um retrato pós BNCC (Base Nacional Comum Curricular), feito em parceria da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal com o Itaú Social.

Indicadores do Enem evidenciam diferenças entre escolas públicas e privadas



A divulgação dos resultados e indicadores do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) dá luz às diferenças tanto de acesso quanto de desempenho entre estudantes de escolas públicas e privadas. Das 60 notas máximas na redação, apenas 4 (pouco mais de 6%) foram feitas por alunos da rede pública. Em relação à participação, quase metade dos alunos de 3º ano (49,2%) não realizou a prova, mas o número é ainda maior no recorte das escolas públicas, onde 53,3% dos matriculados na rede não participaram.

Lei torna 15 de maio Dia Nacional da Educação Legislativa

O presidente da República sancionou a Lei 14.798, que institui o Dia Nacional da Educação Legislativa, a ser celebrado anualmente no dia 15 de maio. A lei é resultado de proposta de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovada no Senado em dezembro (PL 5.868/2019). A data de 15 de maio faz alusão à criação, em 2003, da Associação das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), um marco que permitiu a institucionalização da educação legislativa nos parlamentos e tribunais de contas do país. Com a lei, o Dia Nacional da Educação Legislativa passa a integrar o calendário oficial de eventos nacionais.



Presidente sanciona lei que reforça proteção a crianças e adolescentes contra violência nas escolas



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou integralmente o Projeto de Lei nº 4224, de 2021, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Ensino médio pode passar por nova reforma em 2024



O Novo Ensino Médio (NEM), cujas regras começaram a ser aplicadas em 2022, pode ser substituído por outro modelo. A discussão sobre as mudanças, já iniciada no Congresso, deve continuar em 2024. Além de um projeto apresentado pelo Executivo (PL 5.230/2023), o ano também foi marcado por debates na Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil (Ceensino), que apresentou um relatório com recomendações de ajustes na lei.

Lei fixa diretrizes para valorização de profissionais da educação básica

A Lei nº 14.817/24 estabelece regras gerais para a valorização dos profissionais da educação básica da rede pública. A matéria prevê planos de carreira, formação continuada e melhores condições de trabalho para professores, diretores, inspetores e técnicos escolares. O texto foi apresentado há cinco anos pela então deputada e atual senadora Professora Dorinha Seabra.



Educação popular deve atender territorialidade e diversidade das populações



Os ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura participaram do Seminário Intercâmbio de Experiências de Educação Popular nas Políticas Públicas, quarto encontro promovido pelo Grupo Técnico de Trabalho Territórios e Participação Social nas Políticas Públicas do Governo Federal coordenado pela Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Atividades de incentivo à Educação Alimentar e Nutricional nas escolas são destaque e vão compor publicação do FNDE

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) divulgou o resultado da seleção dos relatos que irão compor o livro da 5ª edição da Jornada de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). A Jornada de EAN surgiu com o objetivo de contribuir com a conscientização de escolhas alimentares mais saudáveis, além de buscar incentivar o debate e a prática de ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.



UNESCO pede que educação seja instrumento de combate ao ódio



Este ano, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) dedicou o Dia Internacional da Educação, comemorado em 24 de janeiro, ao papel crucial que a educação e os professores desempenham no combate ao discurso de ódio. Mensagens de ódio e teorias de conspiração têm sido cada vez mais amplificadas nas redes sociais e outras plataformas on-line.

Ensino médio: Pé-de-Meia dará R\$ 2 mil por ano a alunos de baixa renda

O presidente Lula reuniu a imprensa para detalhar o programa “Pé-de-Meia”, que é uma espécie de poupança que o governo federal fará para os alunos que cursarem o ensino médio. No ato da matrícula no início do ano letivo, o estudante do ensino médio receberá em sua conta poupança R\$ 200. Além disso, comprovação de frequência dará direito ao recebimento de R\$ 1,8 mil por ano, em nove parcelas de R\$ 200, totalizando R\$ 2 mil no ano letivo. Além dos R\$ 2 mil anuais em cada um dos três anos do ensino médio, ao concluir o último ano, o aluno que for aprovado receberá mais R\$ 1 mil na conta poupança e, caso se inscreva no Enem, receberá mais R\$ 200.



Meta até 2026 é de criar 3,2 milhões de novas matrículas no ensino integral, diz ministro da Educação



O ministro da Educação, Camilo Santana, disse nesta sexta-feira, 26, que a meta do governo federal é criar, até 2026, 3,2 milhões de novas matrículas em escolas de ensino integral. Além disso, o ministro apresentou uma outra meta fixada pelo MEC: que até 2030, todos Estados estejam com ao menos 80% de crianças alfabetizadas na idade certa.

Projeto inclui acompanhantes de estudantes da educação especial entre profissionais pagos pelo Fundeb



O Projeto de Lei 2103/23 inclui os acompanhantes de estudantes da educação especial entre os profissionais pagos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

Conae 2024 aprova texto que guiará construção de novo PNE; luta continuará com tramitação no Congresso Nacional

Após dias intensos de debates que determinarão o rumo da educação no próximo decênio, chegou ao fim, nesta terça-feira (30), a Conferência Nacional de Educação (Conae 2024). Historicamente marcada pela participação popular nas etapas municipais, estaduais, distrital e nacional, as discussões resultaram na assinatura do documento de referência que guiará as metas do Plano Nacional de Educação 2024-2034. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve presente na cerimônia de encerramento e discursou sobre a necessidade de articulação com o Congresso para que os planos da educação avancem.



MEC oficializa reajuste de 3,6% no piso salarial de professores; valor será de R\$ 4.580,57



O Ministério da Educação (MEC) reajustou nesta quarta-feira (31) o piso salarial nacional de professores da educação básica. A portaria, que prevê um aumento de 3,62%, foi publicada em edição extra do “Diário Oficial da União”. O valor mínimo definido pelo governo para 2024 foi de R\$ 4.580,57. Em 2023, vigorou um piso de R\$ 4.420,55. Esse salário é válido para profissionais que lecionam na rede pública de ensino e cumprem jornada de ao menos 40 horas semanais.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEI Nº 14.798, DE 5 DE JANEIRO DE 2024 - Institui o Dia Nacional da Educação Legislativa.

LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024 - Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 14.817, DE 16 DE JANEIRO DE 2024 - Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

LEI Nº 14.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2024 - Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

PORTARIA Nº 61, DE 31 DE JANEIRO DE 2024 - Divulga o valor do Piso Salarial Profissional Nacional - PSPN do magistério público da educação básica para o exercício de 2024.



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

cao.educacao@mpmt.mp.br

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br